

8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

20.04.2016

PONTO 2.1 - DECLARAÇÃO de VOTO

Prestação de Contas de 2015

Tal como tem vindo a acontecer, também a prestação de contas relativa ao ano de 2015, agora aprovada pela maioria PS/PSD que gere os destinos desta Câmara, decorre, naturalmente, da atividade desenvolvida no quadro e ao abrigo de um Plano de Atividades e Orçamento aprovado por esta mesma maioria, assente na estratégia e opções políticas de gestão que definiram, nas prioridades que estabeleceram, num projeto pelo qual só essa mesma maioria pode e deve ser responsabilizada.

Assim e em coerência, não nos podemos rever nos elementos de Prestação de Contas apresentados, elementos esses que, como seria de esperar, espelham o resultado de algumas dessas opções e prioridades políticas que consideramos não corresponder nos seus elementos estruturantes às necessidades de intervenção do Município nas suas esferas de competência, e que por isso justificam o nosso voto contra.

Conforme foi considerado por nós quando da discussão e aprovação do Orçamento de 2015 e de que agora se prestam contas, aquele documento previsional era, de uma forma global, o mais realista dos últimos anos, pelo que era expectável uma maior taxa de execução, quer da receita quer da despesa, um espectro positivo que sublinhamos, embora e ainda assim aquém das metas desejáveis, na ordem dos 81%.

Tal como por ocasião da aprovação dos documentos Previsionais, estes, para além de mais realistas eram também muito esclarecedores quanto às principais fontes de arrecadação das receitas previstas e logo denunciámos o impacto asfíxiante decorrente da carga fiscal imposta aos munícipes.

A prestação de conta agora apresentada expressa claramente essa realidade.

As taxas de execução devem-se em muito à arrecadação “em alta” de receitas correntes provenientes dos impostos e em especial dos impostos diretos.

As receitas correntes são executadas em 103,7% enquanto as de capital o são apenas em 7,1%. Para este grau de execução concorre o facto de ser nas receitas de capital que está incluída a verba de 18,3 milhões de euros para ressarcimento da instalação do município – processo que, segundo informação, corre os trâmites legais e judiciais. No entanto quanto às transferências em relação aos projetos cofinanciados só foram arrecadados 31,5% do previsto, ou seja só foram recebidos 8 765,88 € em contraponto do que estava previsto de 27 854,15 €.

Os impostos diretos, com uma taxa de execução que atingiu os 108%, continuam a ultrapassar as melhores previsões de cobrança, pelo que persistem, de forma agravada ano após ano a ser o grande suporte financeiro deste município.

Com um crescimento nominal de cerca de 1,5 milhões de euros quando comparado com 2014, os impostos diretos representam mais de 45 % do total das receitas correntes. Destes referência para a taxa de cobrança do IMI de 105%, do IMT de 142% e o IUC de 95% face à previsão.

Estes três impostos correspondem a 96,2% do total da receita cobrada em impostos diretos, 44,2% do total da receita corrente e 33,1% do total global da receita.

Quanto à execução da despesa, é de cerca de 84% no que respeita a despesas correntes e de apenas 12,7% de despesas de capital, ou seja de investimento.

Em relação aos impostos indiretos verificamos uma execução global superior a 211% só na TMDP, acabando a CM por arrecadar cerca de 87 501 euros. A execução global neste tipo de impostos

Ainda sobre a TMDP, e considerando o seu valor residual, continuamos a defender que o município prescindia desta taxa que é, na nossa opinião, injustamente imputada aos consumidores. Aqui, exige-se uma ação firme junto do governo para que altere esta lei e que possam ser os operadores a pagá-la. Aliás, a AMO já por diversas vezes tomou posição sobre esta matéria.

Também em relação a taxas multas e outras penalidades foi arrecadado mais que o previsto, assim como os rendimentos da propriedade, com um grau de execução de 109,6%.

Quanto à taxa de execução das GOP com uma taxa de execução de 64,3%, já a execução do PPI se ficou pelos 22,2%.

Refletidas nestes documentos estão naturalmente as consequências e respetivos encargos com a Parceria Público Privada, em 2015 foram de 2,1 milhões, que estando o Pavilhão Municipal internalizado e esta câmara a procurar resolver a aquisição da parte privada da parceria, a verdade é que todo este processo tarda em estar resolvido e o certo é que são mais de 2 milhões de encargos anuais suportados pelo município, ou seja pelos munícipes deste concelho. Verbas que poderiam ser canalizadas para investimentos que a nosso ver são prioritários, como requalificação em mais escolas, requalificação do espaço público no casco urbano mais envelhecido, etc..

Quanto à taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento, e às funções sociais, no preâmbulo é dado ênfase aos 4,1 milhões na área da educação, mas se destes retirarmos os 1,1 milhões dos refeitórios, os 829 mil dos transportes escolares e os 948 mil euros nas AEC, em nossa opinião sobre muito pouco para a remodelação e renovação do parque escolar da responsabilidade municipal, como por exemplo a remodelação da EB1 Bernardim Ribeiro, na Codivel que não passou de intenção, bem como o ginásio da Escola António Gedeão.

Bem como não existe, ou pelo menos não é do conhecimento público um plano municipal integrado e sistemático e substituição e remodelação dos equipamentos com fibrocimento. Vão sendo feitas algumas, de forma reativa.

Quanto ao cemitério, a verba executada é relativa a anos anteriores, pelo que a destinada a investimento para 2015 não passou da previsão. Também em relação aos espaços urbanos, em termos de PPI apenas foi executado 1% do previsto. A aguardar “melhores dias” ficam o parque urbano da entrada nascente de Odivelas (cujo valor previsto eram 250 mil euros) assim como a segunda fase do arranjo paisagístico do rio da costa (que tinha previsto 30 mil euros), e o parque urbano das colinas do cruzeiro. Estes últimos com previsões tímidas para possivelmente serem iniciadas ainda este ano e com verbas mais significativas para 2017 e 2018 respetivamente.

E por tudo o que fica dito, e mais detalhadamente colocámos na fase de discussão, o voto contra dos vereadores da CDU.

Odivelas 20 de Abril de 2016

Os Vereadores da CDU